2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 3831/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 494/03.2TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Gabriel Gomes, filho de Manuel Ferreira Gomes e de Maria das Dores Regufe Gabriel, nascido em 23 de Maio de 1977, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11376143, com domicílio na Avenida do Infante D. Henrique, 520, 1.º, esquerdo, Caxinas, 4480-000 Vila do Conde, por se encontrar acusado da prática de um crime de receptação, previsto e punido pelo artigo 231.º do Código Penal, praticado em 30 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Dezembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

21 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

Aviso de contumácia n.º 3832/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 48/95.5TBPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Veríssimo Augusto Barbosa dos Santos, filho de Henrique Santos e de Alcinda Silva Barbosa, nascido em 9 de Janeiro de 1945, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2902303, com domicílio na Prc. dos Arneiros, 2, 4.º, frente, 2500-000 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla qualificada na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 218.º, 22.º e 23.º do Código Penal, praticado em 3 de Março de 1982, por despacho de 27 de Janeiro de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

1 de Fevereiro de 2005. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

Aviso de contumácia n.º 3833/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Joana de Castro Oliveira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1131/01.5PAVCD, pendente neste Tribunal contra o arguido José Eduardo Fernandes Vicente, filho de Joaquim Mário Vicente e de Maria Helena Fernandes Loureiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Setembro de 1973, solteiro, empregado de balcão, titular do bilhete de identidade n.º 11435291, com domicílio na Rua do Abade Martins de Faria, 665, Beiriz, Póvoa de Varzim, 4490-000 Póvoa de Varzim, por se encontrar acusado da prática de um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal e artigos 203.º, 22.º e 2.º, todos do Código Penal, praticado em 3 de Junho de 2002, e de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, 22.º e 23.º, todos do Código Penal, praticado em 23 de Outubro de 2001, por despacho de 27 de Janeiro de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

1 de Fevereiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria Joana de Castro Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 3834/2005 — AP. — A Dr.ª Isabel Magalhães, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal singular), n.º 28/01.3TBPVZ, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4 e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal

singular), n.º 114/99, do 1.º Juízo, onde foi declarado contumaz desde 7 de Julho de 1999, o arguido Manuel Inácio Neves, filho de Manuel Flores Neves e de Percília Inácio, nascido em 9 de Maio de 1964, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7814519, com domicílio em Simon-Von Utrechstrasse, 12, Hamburgo 36, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 9 de Abril de 1994, por despacho de 14 de Janeiro de 2005, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido extinto o procedimento criminal por sentença de absolvição.

21 de Janeiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Isabel Magalhães*. — A Oficial de Justiça, *Alzira Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 3835/2005 — AP. — A Dr.ª Isabel Magalhães, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal singular), n.º 28/01.3TBPVZ, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4 e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal singular), n.º 114/99, do 1.º Juízo, onde foi declarado contumaz desde 7 de Julho de 1999, o arguido Paulo Inácio Neves, filho de Manuel Flores Neves e de Persília Inácio, nascido em 1 de Julho de 1967, titular do bilhete de identidade n.º 101557432, com domicílio em 11 Sheshidr, Woodbridge-On-L 44, 257 Toronto, Canadá, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 9 de Abril de 1994, por despacho de 14 de Janeiro de 2005, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido extinto o procedimento criminal por sentença de absolvição.

21 de Janeiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Isabel Magalhães*. — A Oficial de Justiça, *Alzira Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 3836/2005 — AP. — A Dr.ª Isabel Magalhães, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 3/03.3MAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcus José Fernandes, filho de José de Sousa Fernandes, e de Irene Rouxinol Fernandes, natural do Brasil, nascido em 17 de Fevereiro de 1975, titular do bilhete de identidade n.º 12705746, com domicílio na Rua das Flores, 16, 5.º, Norte, Aver-o-Mar, 4490-000 Póvoa de Varzim, por se encontrar acusado da prática de um crime de resistência e coacção sobre o funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Janeiro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração; e ainda a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

27 de Janeiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Isabel Magalhães*. — A Oficial de Justiça, *Alzira Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 3837/2005 — AP. — A Dr.ª Isabel Magalhães, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 137/95.6TBPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Fernando Areias, filho de Carlos Fernandes Areias e de Maria da Glória Gomes da Silva Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Agosto de 1960, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 5821286, com domicílio na Rua de Elias Garcia, 121, 4490 Póvoa de Varzim, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 5 de Janeiro de 1994, por despacho de 4 de Fevereiro de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal por desistência de queixa.

4 de Fevereiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Isabel Magalhães*. — A Oficial de Justiça, *Alzira Ribeiro*.